

Despacho n.º 5679/2006 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Fevereiro de 2006 do director-geral:

Licenciada Beatriz Rosa Antonieta Fátima Leitão de Sousa, conservadora da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Sever do Vouga — nomeada para o lugar de conservadora da Conservatória do Registo Predial de Agueda e exonerada à data da posse no novo lugar.

Licenciada Dulce Maria Lau Magalhães, conservadora da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Vale de Cambra — nomeada para o lugar de conservadora da Conservatória do Registo Predial de Albergaria-a-Velha e exonerada à data da posse no novo lugar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

24 de Fevereiro de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Gabinete de Política Legislativa e Planeamento

Despacho (extracto) n.º 5680/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 20 de Fevereiro de 2006:

Licenciado António Manuel Mendes de Almeida — nomeado, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 89/2001, de 23 de Março, consultor do Departamento de Política Legislativa e Planeamento do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, com efeitos a partir de 1 de Março de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Fevereiro de 2006. — A Directora, *Rita Brasil de Brito*.

Instituto Nacional de Medicina Legal

Aviso n.º 3016/2006 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML) em reunião de 22 de Dezembro de 2005:

Bacharel Maria da Conceição da Cruz Rigueiro Gomes de Castro — autorizada a renovação da comissão de serviço no cargo de chefe da Divisão Administrativa e Financeira do INML, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com efeitos a partir de 18 de Março de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Fevereiro de 2006. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

Aviso n.º 3017/2006 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML) em reunião de 17 de Fevereiro de 2006:

Licenciado José Fernando Bessa de Sousa Oliveira — autorizada a renovação da comissão de serviço no cargo de director do Serviço de Tanatologia Forense da Delegação do Porto do INML, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com efeitos a partir de 4 de Maio de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Fevereiro de 2006. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

Instituto de Reinserção Social

Aviso n.º 3018/2006 (2.ª série). — *Concurso interno de acesso geral para assistente administrativo principal, da carreira de assistente administrativo, aberto por aviso publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 249, de 22 de Outubro de 2004.* — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 171.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam os candidatos aprovados no concurso supra-identificado notificados para, querendo, no prazo de 15 dias, alegar o que tiverem por conveniente sobre o pedido e seus fundamentos, do recurso hierárquico interposto por Teresa Martins Tribuna dos

Santos, que se encontra disponível para consulta nos Serviços Centrais deste Instituto, sito na Avenida do Almirante Reis, 101, em Lisboa.

1 de Março de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 5681/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 2 de Fevereiro de 2006:

Licenciada Alexandra Cristina Duarte Martins José da Silva Ribeiro, técnica superior de 1.ª classe da carreira técnica superior, do quadro deste Instituto — nomeada, em regime de substituição, chefe de divisão de Gestão de Pessoal, do quadro deste Instituto, com efeitos a 1 de Fevereiro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Fevereiro de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 5682/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 14 de Fevereiro de 2006:

Licenciada Dina Maria de Carvalho dos Santos, técnica superior principal, da carreira técnica superior, do quadro da Direcção-Geral do Património — nomeada, em regime de substituição, chefe de divisão de Gestão e Administração do Património do quadro deste Instituto, com efeitos a 15 de Fevereiro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Fevereiro de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

Serviços Sociais

Despacho n.º 5683/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que foi afixada a lista de antiguidade do pessoal dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça referente a 31 de Dezembro de 2005.

Da organização da referida lista cabe reclamação no prazo de 30 dias a contar da data de publicação do presente aviso, de harmonia com o disposto no artigo 96.º do citado decreto-lei.

15 de Fevereiro de 2006. — O Vogal do Conselho de Direcção, *João Sardinha*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Aviso n.º 3019/2006 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Dezembro de 2006 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, no uso da competência delegada pelo n.º 7.1 do despacho n.º 20 946/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 191, de 4 de Outubro de 2005:

Joana Dias de Almeida Venade, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Direcção Regional de Ordenamento Terrestre — transferida para lugar do quadro da ex-Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais, desta Comissão, com a anuência do serviço de origem e efeitos a partir de 1 de Março de 2006.

23 de Fevereiro de 2006. — O Vice-Presidente, *António Viana Afonso*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Listagem n.º 58/2006. — *Listagem de obras públicas adjudicadas no ano de 2005, elaborada nos termos do artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março:*

Obra	Concelho	Valor com IVA (em euros)	Forma de atribuição
Requalificação da praia de Vale Centeanes	Lagoa	661 846,10	Concurso público.
Reabilitação do Palácio Doglioni, em Faro	Faro	951 758,71	Concurso público.
Valorização do acesso à praia das Belharucas	Albufeira	35 219,78	Concurso limitado.

Obra	Concelho	Valor com IVA (em euros)	Forma de atribuição
Balizamento de faixas de risco das arribas na praia da Falésia Nascente.	Albufeira	86 365,58	Concurso limitado.
Regularização de um troço da riba de Algibre a jusante da Ponte da Tôr.	Loulé	34 367,15	Concurso limitado.
Demolição da estrutura Tropical, Alvor	Portimão	10 442,25	Ajuste directo.
Desmonte de arriba na praia da Galé	Albufeira	2 112,25	Ajuste directo.
Escadas e vedação de arriba na praia de Areias de São João	Albufeira	11 977,62	Ajuste directo.
Requalificação dos acessos à praia Maria Luísa	Albufeira	5 269,65	Ajuste directo.
Recuperação dunar da Meia-Praia Poente	Lagos	28 533,23	Ajuste directo.
Recuperação dunar na praia do Alvor Poente	Portimão	22 808,50	Ajuste directo.
Reparação e remodelação de casas de banho, paredes e cantarias na sede da CCDR Algarve.	Faro	29 634,87	Ajuste directo.
Demolição da estrutura Adão e Eva, praia do Cabeço	Castro Marim	14 217,50	Ajuste directo.
Demolição da estrutura Cavalo Preto, praia do Almargem	Loulé	7 927,92	Ajuste directo.
Demolição da estrutura Praia-Mar, praia da Manta Rota	Vila Real de Santo António	11 935,44	Ajuste directo.
Demolição da estrutura Surpresa, praia da Manta Rota	Vila Real de Santo António	9 655,80	Ajuste directo.
Demolição da estrutura Sulférias, praia da Manta Rota	Vila Real de Santo António	12 124,20	Ajuste directo.
Intervenções na rede hidrográfica na riba de Algibre, a montante da Ponte da Tôr.	Loulé	5 445	Ajuste directo.
Reparação da soleira do açude da Estacada, Paderne	Albufeira	2 178	Ajuste directo.
Substituição da cobertura, estrutura e caixilharia da Secção de Aprovisionamento e Património da CCDR Algarve.	Faro	13 893,22	Ajuste directo.
Apoio de construção civil às prospecções arqueológicas e remoção de monos do Edifício Doglioni, CCDR Algarve.	Faro	15 419,94	Ajuste directo.

16 de Janeiro de 2006. — A Vice-Presidente, *Valentina Coelho Calixto*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho (extracto) n.º 5684/2006 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Outubro de 2005 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo:

Cristina Isabel Portela Soares e Luís Alberto Martins Pereira, técnicos superiores principais, escalão 1, índice 510, do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral dos Recursos Naturais — autorizada a transferência para o quadro de pessoal da ex-DRARN/LVT, Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais de Lisboa e Vale do Tejo, com a categoria de técnico superior principal, escalão 1, índice 510, ficando exonerados dos lugares de origem com efeitos a 1 de Novembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia.)

2 de Fevereiro de 2006. — A Directora de Serviços, *Maria Rosa Fradinho*.

Instituto dos Resíduos

Despacho n.º 5685/2006 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Fevereiro de 2006 do presidente do Instituto dos Resíduos, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional:

Ricardo Miguel Lobão Tello Marques Furtado, técnico superior de 1.ª classe do quadro do Instituto dos Resíduos — autorizada licença sem vencimento por um ano ao abrigo do disposto no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a partir de 7 de Março de 2006.

16 de Fevereiro de 2006. — O Presidente, *A. Ascenso Pires*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Direcção Regional da Economia do Algarve

Aviso n.º 3020/2006 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal do quadro da Direcção Regional da Economia do Algarve referente a 31 de Dezembro de 2005.

Da organização da referida lista cabe reclamação, no prazo de 30 dias consecutivos a contar da data de publicação deste aviso no

Diário da República, de harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 96.º do mesmo diploma.

22 de Fevereiro de 2006. — O Director Regional, *Francisco José Mendonça Pinto*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção-Geral de Veterinária

Aviso n.º 3021/2006 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de Dezembro, e do n.º 2 do artigo 1.º da Portaria n.º 81/2002, de 24 de Janeiro, o director-geral de Veterinária declara a obrigatoriedade da vacinação anti-rábica dos cães existentes em todo o território nacional, para o ano de 2006.

2 — Em respeito do número anterior e conforme preconizado no n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 81/2002, de 24 de Janeiro, deverão os donos ou detentores dos cães com três meses ou mais de idade, relativamente aos quais não se prove que tenham sido vacinados há menos de um ano, promover que os mesmos sejam apresentados, em conformidade com o preconizado no n.º 1 do artigo 5.º da Portaria n.º 81/2002, de 24 de Janeiro, nos dias, horas e locais anunciados nos editais afixados nos locais públicos do costume ou fazê-los vacinar por médico veterinário de sua escolha.

3 — As vacinas anti-rábicas utilizadas deverão obedecer à monografia da *Farmacopeia Portuguesa*, «vacina inactivada contra a raiva para uso veterinário», serão aplicadas na dose de 1 ml por animal e serão válidas por um ano.

4 — As taxas a aplicar pelos serviços oficiais de vacinação anti-rábica são fixadas em conformidade com o artigo 10.º da Portaria n.º 81/2002, de 24 de Janeiro, por despacho conjunto dos Ministros de Estado das Finanças e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

5 — Ao abrigo do n.º 1 do artigo 9.º da Portaria n.º 81/2002, de 24 de Janeiro, o director-geral de Veterinária torna ainda obrigatório que nas áreas das Direcções Regionais de Agricultura da Beira Interior, do Alentejo e do Algarve seja administrada no local e sob controlo do médico veterinário uma dose de comprimidos desparasitantes, variável com o peso do animal, segundo critério clínico, a todos os cães que se apresentem à campanha oficial de vacinação anti-rábica. Será ainda fornecida ao proprietário uma segunda dose de comprimidos desparasitantes, para administração posterior, segundo critério clínico.

6 — O director-geral de Veterinária determina ainda que, no caso de animais presentes à campanha de vacinação anti-rábica com exibição de sintomas que permitam suspeitar de doença infecto-contagiosa com potencial zoonótico, nomeadamente leishmaniose, sarna